

Assembleia da República

DESPACHO Nº 142/IX

1. Foi considerado, pelas Comissões competentes em razão da matéria, que o objecto das seguintes petições tinha perdido actualidade face às alterações legislativas supervenientes ou à subsequente alteração de circunstâncias:

DS ATJ para

- **Petição nº 71/VI/1ª** — Apresentada pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, solicitando medidas legislativas que consagrem para a admissão de pessoal de enfermagem a isenção de quotas de descongelamento por um período de três anos, o qual poderá ser renovado caso se mantenha a carência de enfermeiros a nível nacional;
- **Petição nº 114/VI/1ª** — Apresentada pela Comissão de Trabalhadores da Crisal – Cristais de Alcobaça S. A., e outros, contestando o processo de despedimento colectivo em curso na empresa Crisal, apelando para a sua anulação;
- **Petição nº 185/VI/2ª** — Apresentada por Maria Teolinda Boucinha, e outros, e por David Ferreirinha Soares, e outros, apelando que a Assembleia da República analise a situação de injustiça e de discriminação que atinge os professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico, portadores das provas públicas de exame de Estado consagrados no Decreto n.º 18 646, de 19 de Julho de 1930, aos quais, por força do Despacho Interno 27-I/SERE/SEEBS/92, de 24 de Outubro, está a ser exigida a candidatura para o acesso ao 8.º escalão da carreira docente;
- **Petição nº 223/VI/2ª** — Apresentada pela Escola Secundária de Arcos de Valdevez, expondo a situação que atinge os professores portadores de estágio pedagógico dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino

→

15/6/2007

À DAC

*União Nacional
na publicação em 2002
agosto 24
2004.06.24*



3759

Gabinete da Secretária-Geral

24/06/04

Proc.º nº *14*

01432

*A ... 26
04.06.24
R...*

Assembleia da República



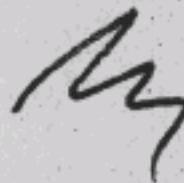
Básico e Ensino Secundário, aos quais, por força do Despacho Interno 27/SERE/SEEBS/92, de 24 de Outubro, está a ser exigida a candidatura para o acesso ao 8.º escalão da carreira docente;

- **Petição nº 224/VI/2ª** – Apresentada pela Escola Secundária C+S de Cabreiros, expondo a situação que atinge os professores portadores de estágio pedagógico dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário, aos quais, por força do Despacho Interno 27/SERE/SEEBS/92, de 24 de Outubro, está a ser exigida a candidatura para o acesso ao 8.º escalão da carreira docente;
- **Petição nº 230/VI/2ª** – Apresentada pelo Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Alta, requerendo que a Assembleia da República tome medidas no sentido de desbloquear a situação vivida na têxtil Lopes da Costa, S. A.;
- **Petição nº 234/VI/3ª** – Apresentada por José Augusto Moreira Ferreira da Silva e outros, propondo à Assembleia da República que debata a situação na indústria têxtil e adopte medidas, nomeadamente, de carácter legislativo que permitam não só a criação de mecanismos adequados à viabilização das empresas mas também o apoio de carácter social aos trabalhadores têxteis no concelho de Coimbra;
- **Petição nº 277/VI/3ª** – Apresentada por Fernando José Martins e outros, solicitando à Assembleia da República que interceda junto do Governo para que seja instalada uma esquadra da PSP em Sacavém;
- **Petição nº 315/VI/4ª** – Apresentada pela Associação Juvenil Olho Vivo, pretendendo que a Assembleia da República agende com urgência uma discussão sobre as gravuras rupestres de Vale do Côa;

Assembleia da República

- **Petição nº 327/VI/4ª** – Apresentada pela FESETE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal, pretendendo que a Assembleia da República diligencie no sentido de ser fixado o horário máximo semanal de 40 horas;
- **Petição nº 11/VII/1ª** – Apresentada por Rui Manuel Monteiro Sousa Freitas e outros, solicitando à Assembleia da República que promova medidas indispensáveis para a recuperação da Fábrica de Chocolates Regina;
- **Petição nº 14/VII/1ª** – Apresentada pela Frente Anti-racista, solicitando a discussão pública das implicações para Portugal da existência de milhares de cidadãos ilegalizados e que se estabeleça um normativo que permita a legalização de todos os cidadãos que se encontram no País a trabalhar e a residir efectivamente;
- **Petição nº 22/VII/1ª** – Apresentada pelo SOS-Racismo, solicitando que a Assembleia da República adopte com urgência uma lei reguladora de capacidade eleitoral dos estrangeiros para as eleições autárquicas;
- **Petição nº 31/VII/1ª** – Apresentada por Marcelo Rebelo de Sousa e outros, solicitando que a Assembleia da República, em sessão plenária de Deputados, proceda com prioridade absoluta à discussão e votação da revisão constitucional, de forma a permitir a introdução do referendo sobre a regionalização;
- **Petição nº 42/VII/1ª** – Apresentada por Miguel Sousa Tavares e outros, solicitando que, em sede de revisão constitucional, seja redefinido o regime das regiões administrativas, de modo a retirar o carácter imperativo da sua criação, condicionando-a à realização de um referendo;

Assembleia da República

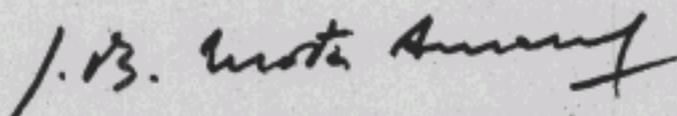


- **Petição nº 43/VII/1ª** – Apresentada por José Pacheco Pereira e outros, solicitando à Assembleia da República que rejeite a modificação dos critérios relativos à atribuição das verbas destinadas a certas entidades provenientes da exploração do Totobola, com vista ao financiamento do pagamento das dívidas dos clubes de futebol ao fisco e à segurança social;
- **Petição nº 67/VII/2ª** – Apresentada pela SOS-Serralves, solicitando o embargo do Museu Nacional de Arte Contemporânea (MNAC), projectado para ser construído no espaço nobre da Horta-jardim do Parque Serralves, no Porto;
- **Petição nº 112/VII/3ª** – Apresentada pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, chamando a atenção para um conjunto de injustiças resultantes da aplicação concreta do novo esquema de carreiras do regime geral acordado, em 9 de Janeiro de 1998, entre o governo e os sindicatos da UGT;
- **Petição nº 130/VII/3ª** – Apresentada pelo Movimento Fórum por Carcavelos, apelando para a defesa da Quinta dos Ingleses;
- **Petição nº 163/VII/4ª** – Apresentada pela Comissão de Apoio à Lei de Protecção de Animais em Portugal, solicitando que todos os grupos parlamentares votem favoravelmente o projecto de lei que altera a Lei n.º 92/95, de 12 de Setembro — Lei de Protecção dos Animais, apresentado pela Sr.ª Deputada do PS Rosa Albernaz;
- **Petição nº 169/VII/4ª** – Apresentada pela Comissão de Apoio à Lei de Protecção dos Animais em Portugal, solicitando que a Assembleia da República não vote a favor dos touros de morte;
- **Petição nº 32/VIII/1ª** – Apresentada por Manuel Fernando de Sousa e outros, pretendendo a transladação dos restos mortais de Amália Rodrigues para o Mosteiro dos Jerónimos;

Assembleia da República

- **Petição nº 37/VIII/2ª** – Apresentada pela Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, apelando à Assembleia da República no sentido de serem reparadas as estradas nacionais que cruzam o município de Santiago do Cacém e se encontram em péssimo estado de conservação.
2. Assim, considerando que não cabe à Assembleia da República outro tipo de intervenção quanto às questões suscitadas e tendo em conta a informação prestada à Câmara, na reunião plenária de 2 de Abril passado, corroborada na reunião da Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares de 13 do mesmo mês, delibero proceder ao arquivamento das mesmas petições, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 16º da Lei nº 43/90, de 10 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei nº 6/93, de 1 de Março.
 3. Deve, informar-se desta decisão o primeiro subscritor de cada petição, anexando o relatório final produzido pela Comissão Parlamentar respectiva – caso este ainda não tenha sido remetido aos peticionantes – e uma cópia do Diário da Assembleia da República que reproduz a referida reunião do Plenário.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



JOÃO BOSCO MOTA AMARAL

Palácio de São Bento, 24 de Junho de 2004